



Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé, a Gente faz Junto!

Gabriella Calixto Scelza¹, Rafael Suertegaray Rossato¹, Dirce Maria Antunes Suertegaray² & Mateus Gleiser Oliveira²

Recebido em 28/05/2013 – Aceito em 05/11/2013

RESUMO – O presente artigo apresenta o processo de elaboração participativa do Plano de Manejo da Floresta Nacional de Tefé, localizada na região do Médio rio Solimões – Amazonas. Este processo envolveu quatro etapas metodológicas: construção do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental, do Acordo de Gestão, do Mapeamento e Zoneamento, e dos Programas de gestão. Cada uma das etapas de elaboração do documento será evidenciada a partir da metodologia didático-pedagógica adotada, das potencialidades e entraves da participação social no processo e dos resultados amplos gerados. O objetivo do artigo é demonstrar que o processo de construção de instrumentos de gestão pode se mostrar extremamente rico para a ampliação e qualificação da participação social na gestão de UC. Para isto, se faz necessário a criação de um ambiente propício à participação dos diversos atores sociais envolvidos no processo, através de metodologias adequadas à realidade local, linguagens múltiplas, estabelecimento de uma relação de confiança mútua e transparência acerca dos objetivos e possíveis resultados do processo como um todo. Desta forma, os momentos de construção destes instrumentos de gestão podem gerar resultados que vão muito além de documentos oficiais, fortalecendo a gestão participativa da UC a longo prazo, a partir da ampliação da compreensão dos atores locais acerca de sua existência e funcionamento.

Palavras Chave: gestão participativa, Floresta Nacional de Tefé, plano de manejo, unidades de conservação.

ABSTRACT – The present article shows the process of participatory elaboration of the Management Plan of Tefé National Forest, located in the Middle Solimões - Amazon, from its four main steps, as follows: construction of Socioeconomic and Environmental Diagnostics, Management Agreement, Mapping and Zoning and management programs. Each of these stages of preparation of the document will be evident from the methodology used, potential and barriers of social participation in the process and large results generated. The aim of this paper is to demonstrate that the construction process of management tools may prove extremely rich for the expansion and qualification of social participation in the UC management. For this it is necessary to create an environment favorable to the participation of the various actors involved in the process through appropriate methodologies to local realities, multiple languages, establishing a relationship of mutual trust and transparency about the goals and possible outcomes of the process as a whole. Thus, the building moments of these management tools can generate results that go far beyond the official documents, strengthening the management of UC over the long term from the expanding the understanding of local actors about what is and how the unit works and thereby strengthening its Participatory Management.

Keywords: management plan, participative management, protected areas, Tefé's National Forest.

RESUMEN – El presente artículo presenta el proceso de elaboración participativa del Plan de Manejo de la Selva Nacional de Tefé, ubicada en la región del Mediano Solimões-Amazonas. Este proceso se llevó a cabo en cuatro etapas metodológicas: construcción del Diagnóstico Socio-económico y Ambiental, del

Afiliação

¹ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ICMBio, Tefé-AM, Brasil, CEP 69.470-000.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Núcleo de Estudos Geografia e Ambiente/NEGA, Porto Alegre-RS, Brasil, CEP 91.509-900.

E-mails

gabi.calixtos@gmail.com; rafael.rossato@icmbio.gov.br; dircesuerte@gmail.com; mt_oliva@hotmail.com

Acuerdo de Gestión, del Mapeo y Zonificación, y de los Programas de gestión. Cada una de las etapas de elaboración del documento se mostrará desde la metodología didáctica - pedagógica utilizada, de las potencialidades y debilidades de la participación social en el proceso y de los amplios resultados generados. El objetivo del artículo es demostrar que el proceso de construcción de instrumentos de gestión puede mostrarse de una riqueza extrema para la ampliación y cualificación de la participación social en la gestión de una UC. Para eso, se muestra necesaria la creación de un ambiente propicio para la participación de los distintos actores sociales involucrados en el proceso, a través de metodologías adecuadas para la realidad local, lenguajes múltiples, creación de una relación de confianza mutua y transparencia sobre los objetivos y posibles resultados del proceso como una totalidad. De esta manera, los momentos de construcción de estos instrumentos de gestión pueden generar resultados que van más allá de documentos oficiales, fortaleciendo la gestión participativa de la UC a largo plazo, desde la ampliación de la comprensión de los actores locales acerca de su existencia y funcionamiento.

Palabras clave: Selva Nacional de Tefé, gestión participativa, plan de manejo, unidad de conservación.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de construção participativa do Plano de Manejo (PM) da Floresta Nacional de Tefé (FLONA de Tefé), destacando métodos, entraves e potencialidades do processo participativo, e apresentando os resultados advindos do mesmo. Desta forma, o presente estudo de caso será analisado a partir de seus quatro passos principais: construção dos diagnósticos; elaboração do Acordo de Gestão; mapeamento participativo e construção do zoneamento da Unidade de Conservação (UC); e elaboração dos Programas de Gestão.

O PM da FLONA de Tefé foi elaborado pela própria equipe gestora, que percebeu neste processo uma oportunidade de fortalecer os laços entre a gestão da UC e as comunidades beneficiárias. Para o Zoneamento, a equipe contou com a parceria do Núcleo de Estudos de Geografia e Ambiente (NEGA) ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Partiu-se do princípio de que os processos de construção dos instrumentos de gestão das UC consistem em um momento fundamental para o empoderamento das comunidades tradicionais e instituições parceiras em relação à sua gestão, no sentido de oportunizar o alinhamento de discursos e expectativas em relação à área, seus objetivos e normas, proporcionando o fortalecimento da relação de confiança entre os atores sociais envolvidos na mesma. Neste sentido, acredita-se que os momentos de construção coletiva trazem para a gestão da UC resultados que vão além dos produtos construídos em si (Plano de manejo, no caso, mas que também pode ser aplicado ao Conselho Gestor, Acordos de Pesca, etc.), alcançando resultados mais sutis que fortalecem a gestão da UC de forma transversal e a médio/longo prazo.

Diante da limitação de publicações focadas na análise de experiências de construções participativas envolvendo a gestão de unidades de conservação e à nebulosidade que envolve o tema da elaboração dos Planos de Manejo das UC, o presente artigo pretende também fornecer subsídios empíricos para discussão e planejamento dos processos de construção destes instrumentos de gestão em outras realidades de UC.

Floresta Nacional de Tefé

A FLONA de Tefé está localizada na região do Médio rio Solimões, Estado do Amazonas, e abrange quatro municípios: Tefé, Alvarães, Juruá e Carauari. Segundo Decreto de Criação (Brasil 1989), a UC apresenta um total de 1.020.000,00 ha, e segundo cadastramento realizado em 2011, possui pouco mais de 90 comunidades/localidades em seu interior e entorno imediato, com cerca de 800 famílias.

Criada em 1989, as ações de gestão na UC, propriamente ditas, só tiveram início em 2001. Durante os 12 primeiros anos da UC não foram desenvolvidas atividades de gestão na área para além de algumas ações de fiscalização realizadas pelo IBAMA. Segundo dados obtidos em oficina

de levantamento socioeconômico em 2011, no início as pessoas que moravam na região tinham muito medo das ações que envolviam a UC, pois achavam que seriam expulsas de suas casas e perderiam o direito de uso dos recursos naturais da área.

Em 2001, foi realizado o primeiro cadastramento de algumas famílias residentes na FLONA de Tefé, com o objetivo de iniciar a elaboração do seu Plano de Manejo. Entretanto, este processo não teve continuidade, deixando somente um cadastramento parcial das famílias da UC e um diagnóstico socioeconômico superficial da área. Em 2003, a FLONA de Tefé, UC de Uso Sustentável que permite a permanência de população tradicional (Brasil 2000), foi a primeira UC desta categoria a ser reconhecida pelo INCRA como projetos de “reforma agrária ecológica”. Foi neste momento que tiveram início os trabalhos de gestão junto às comunidades.

Com a implementação do crédito fomento e habitação as comunidades começaram a perceber que a parceria junto a estas instituições poderia trazer melhorias na qualidade de vida, e passaram a se identificar como moradoras da FLONA de Tefé, criando uma identidade ligada à Unidade de Conservação. Visando cumprir as exigências do governo para a implementação do programa de assentamento, foram criadas três associações da FLONA: Associação de Moradores do Rio Tefé, Associação de Moradores do Rio Curumitá e Associação de Moradores do Rio Bauana.

Em 2009, após a criação do ICMBio, novos servidores foram lotados na FLONA de Tefé e as atividades foram intensificadas. Através da portaria nº 16, de 24 de fevereiro de 2011 (ICMBio 2011a), foi criado o seu Conselho Consultivo, colegiado formado por diversas instituições governamentais e não-governamentais, bem como por representantes das comunidades tradicionais, com a atribuição de ser um espaço de diálogo e deliberações que auxiliem a gestão da UC. Neste mesmo ano foi aberto o processo de elaboração do Plano de Manejo, visando instrumentalizar a gestão da UC. Além disso, atividades ligadas ao fortalecimento comunitário e da gestão participativa, geração de renda e qualidade de vida, pesquisa, proteção e manejo da UC também foram intensificadas. Em junho de 2011, as três associações criadas na UC foram unificadas e foi criada a Associação de Produtores Agroextrativistas da FLONA de Tefé e Entorno (APAFE), principal parceira na gestão da UC.

Diante do isolamento geográfico, das limitações financeiras e de recursos humanos para gestão da UC e da dificuldade de articulação de parcerias nesta região amazônica, a equipe gestora percebeu que a participação social comunitária ia além de uma demanda legal, consistindo na base da gestão da UC. Desta forma, a estrutura de gestão definida para a FLONA de Tefé partia do princípio de que a compreensão comunitária acerca do contexto em que estão inseridos como moradores de uma UC, o fortalecimento da organização social comunitária e a compreensão mútua entre órgão gestor e comunidades são fundamentais para a inclusão social na gestão da UC.

Os investimentos para suprir a lacuna entre a criação da UC e sua efetiva gestão foram focados na criação de mecanismos e instrumentos de gestão que permitissem tornar os espaços de gestão também em espaços de ensino-aprendizagem, fortalecendo a organização comunitária, capacitando antigas lideranças, formando novas lideranças, e proporcionando o desenvolvimento de uma relação de confiança entre gestores e comunitários. Desta forma, buscou-se a compreensão e o empoderamento das comunidades acerca do que é e como funciona a FLONA de Tefé.

O processo de criação do Conselho Consultivo da UC foi um primeiro passo neste sentido. A composição do colegiado e sua efetiva formação se deu a partir de um amplo processo de discussão junto às lideranças e suas bases comunitárias. Neste mesmo sentido, vem sendo desenvolvido um trabalho de fortalecimento da Associação comunitária da UC a partir da capacitação de sua diretoria e apoio na busca de acesso às políticas públicas e organização interna da mesma.

Visando suprir uma demanda de formação de novas lideranças e estimular o envolvimento dos jovens nas questões comunitárias e que dizem respeito à gestão da UC foi elaborado o projeto “Jovens como Protagonistas do Fortalecimento Comunitário”, implementado inicialmente nas

RESEX do Rio Jutai e Baixo Juruá e na FLONA de Tefé, todas ligadas ao Núcleo de Gestão Integrada do ICMBio em Tefé. O projeto trouxe resultados que podem ser percebidos na ampla participação dos jovens na diretoria da Associação, no conselho gestor e nos processos de gestão da UC, além de uma maior articulação da UC com os movimentos sociais.

A proposta de elaboração do Plano de Manejo da UC nasce dentro deste contexto, a partir da elaboração de um plano de trabalho que buscava o equilíbrio entre a necessidade de levantamento de informações básicas para subsidiar a elaboração do documento, a busca pela inserção das comunidades nos processos de gestão e a importância de elaboração de um documento que fosse efetivo para gestão da UC. Além disso, havia uma preocupação dentro da equipe com as questões ligadas ao tempo e custos de elaboração do documento. Reflexões que foram posteriormente sistematizados pela Coordenação de Revisão e Elaboração de Planos de Manejo (COMAN) no documento intitulado “Ações Estratégicas para Aperfeiçoar a Elaboração dos Planos de Manejo nas Unidades de Conservação Federais”.

O plano de trabalho foi focado na elaboração do documento em dois anos e meio, tendo início em meados de 2011 e previsão de conclusão para o final de 2013. Constam deste plano as seguintes atividades:

- duas expedições para cadastramento das famílias residentes na UC;
- uma expedição de levantamento socioeconômico;
- três expedições para elaboração dos Acordos de gestão;
- duas expedições para mapeamento participativo e zoneamento da UC;
- uma Oficina de Planejamento Participativo em Tefé envolvendo o conselho da UC;
- uma Oficina de Planejamento Participativo em Brasília envolvendo as coordenações do ICMBio;
- uma expedição de validação dos Programas de Gestão.

O Conselho Consultivo foi considerado um espaço de acompanhamento permanente do processo e preenchimento de lacunas de informações. Os próprios analistas da UC ficaram responsáveis pela elaboração da metodologia utilizada em cada atividade realizada, sistematização de informações, relatoria e elaboração do documento em si. Cada passo dado será detalhado a seguir com enfoque, principalmente, no que diz respeito à participação social.

Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental:

O processo de elaboração do diagnóstico para o Plano de Manejo da UC foi percebido também como uma oportunidade para a gestão e as próprias comunidades compreenderem a sua realidade e especificidades, gerando uma reflexão conjunta sobre as necessidades de gestão da UC, a partir de suas reais fraquezas e potencialidades.

No que diz respeito ao diagnóstico ambiental, foram utilizados dados secundários somados a informações levantadas a partir de pesquisas realizadas em parceria com a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA). Tais pesquisas vinham acontecendo concomitantemente ao processo de elaboração do Plano de Manejo, utilizando oportunidades de campo da gestão e campos específicos para pesquisas. Informações preliminares foram apresentadas neste diagnóstico, que registrou a necessidade de apontamentos, nos programas de gestão, de estudos posteriores.

O processo de levantamento de informações para elaboração do diagnóstico socioambiental, por sua vez, teve como base o estímulo à inteligência coletiva acerca da área, cujo acesso exigia a criação de um ambiente descontraído e confiável.

Inicialmente, dados brutos foram levantados a partir do cadastramento das famílias da UC, que foram analisados pela equipe gestora e discutidos nas reuniões de conselho que ocorreram ao longo do ano de 2012. Estes momentos de discussão no conselho foram extremamente ricos, impactando o próprio plano de ação do colegiado a partir da percepção das necessidades básicas de gestão da UC e de busca por melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiárias. Neste sentido, foi possível perceber que o processo de elaboração do Plano de Manejo da UC já foi gerando ações de gestão, permitindo que a gestão da UC não ficasse parada para que o seu planejamento fosse elaborado. Gestão e planejamento, portanto, se desenvolveram paralelamente, um causando impacto no outro.

O desafio, entretanto, estava em buscar junto às comunidades informações mais sutis, de diagnóstico, exigidas no Roteiro Metodológico para elaboração de PM de FLONAs (MMA 2009), como o sentimento das comunidades em relação à UC, a forma como percebiam o histórico de criação e gestão da área, suas expectativas em relação à UC, a caracterização de suas manifestações culturais, o desenvolvimento de atividades que conflitam com os objetivos da UC, e a própria descrição dos seus processos produtivos e atividades essenciais à sua reprodução econômica e cultural. Tais informações, devido ao seu alto grau de subjetividade, não são visíveis num processo de cadastramento, demandando o uso de metodologias apropriadas.

Visando o levantamento destas informações, foi proposta uma oficina de levantamento socioeconômico, a ser realizada de forma setorial, reunindo as comunidades de cada um dos sete setores da UC. Estas oficinas (Figura 1) também se constituíram em um momento de capacitação das comunidades acerca do que é, para que serve, e como deveria ser elaborado o Plano de Manejo da Unidade, evidenciando, em cada etapa do processo, a importância da participação comunitária para que o planejamento final da UC estivesse focado nas reais demandas e necessidades locais.

Sendo assim, a oficina foi desenvolvida de forma a criar um espaço confortável para o diálogo, deixando claras as intenções da gestão da UC na busca por tais informações e os benefícios que a compreensão da realidade da UC poderia trazer à sua gestão, possibilitando um planejamento adequado às necessidades comunitárias. Foram utilizadas metodologias que estimulavam a fala e o debate entre os presentes, com registros visuais constantes que mostravam aos participantes a construção do conhecimento coletivo ao longo do desenvolvimento das atividades da oficina.

A “chuva de ideias” a partir de perguntas orientadoras, como “o que a FLONA de Tefé significa pra mim?”, “O que mudou na minha vida com a criação da FLONA de Tefé?”, “Qual o diferencial da FLONA de Tefé?”, e “O que desejo para o meu futuro e o futuro da FLONA de Tefé?”, permitiu um diálogo livre e aberto entre os presentes, trazendo à tona suas memórias coletivas acerca da vida na região, a criação de suas comunidades, o reconhecimento da UC, os processos de superação dos medos iniciais em relação à gestão da área exaltando, ainda, os medos e expectativas atuais em relação à mesma.



Figura 1 – Oficinas de levantamento socioeconômico setores Médio rio Tefé e Rio Bauana. Fonte: ICMBio 2011b

A matriz FOFA foi utilizada para evidenciar as Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças percebidas em relação à FLONA de Tefé. A metodologia permitiu uma longa reflexão sobre a área como um todo, discutindo os pontos chave que deveriam ser fortalecidos e/ou aproveitados no Plano de Manejo. Os resultados da aplicação desta metodologia ofereceram subsídios, ainda, para o processo de elaboração dos programas de gestão, que será tratado mais adiante.

Através da análise conjunta de pontos positivos e negativos foi possível notar que a solução de muitos problemas apontados estava dentro da própria UC. Estes são ligados, principalmente, à necessidade de organização comunitária e união para reivindicação e articulação de políticas públicas básicas, como educação, saúde, saneamento e apoio à produção (Figura 2 e 3).



Figura 2 – Levantamento socioeconômico setor Lago Tefé. Fonte: ICMBio 2011b



Figura 3 – Levantamento socioeconômico setor Boa Vista do rio Curumitá. Fonte: ICMBio 2011b

Informações para caracterização das manifestações culturais (suas formas de organização, realização e participação), calendário cultural, calendário sazonal e caracterização dos usos tradicionais da fauna e flora silvestre foram levantadas a partir de um bate-papo livre com registro em tarjetas e flip-chart. O grupo já estava mais a vontade para falar, e o tema não necessitava grandes reflexões já que era de total domínio dos participantes.

A caracterização das benfeitorias comunitárias, por sua vez, foi feita a partir do preenchimento de uma matriz em grupo por comunidade, permitindo um momento para os representantes de cada comunidade refletirem sobre o seu espaço específico de moradia e uso (Figura 4). De forma geral, foram apontadas demandas ligadas a serviços básicos como educação, saúde e saneamento. Ficou marcada a falta de assistência do governo municipal na região, gerando mais um momento de reflexão no grupo, que lembrou suas demandas e discutiu estratégias de busca de soluções para as mesmas. Este foi o único momento em que as comunidades trabalharam divididas, pensando especificamente o seu espaço. Entretanto, no momento de apresentação das matrizes, percebeu-se que a realidade era muito parecida dentro do grupo, fortalecendo o sentimento de identidade coletiva e pertencimento, e exaltando a necessidade de atuação conjunta das comunidades em busca de melhorias de vida.



Figura 4 – Caracterização das benfeitorias comunitárias por preenchimento de matriz em grupo por comunidade. Fonte: ICMBio 2011b

A caracterização das atividades produtivas desenvolvidas e suas tendências, identificação de potencial de novas atividades econômicas e de atividades conflitantes com a UC foi feita a partir de metodologias diversas, que foram aplicadas dependendo do foco produtivo principal da área e da energia do grupo no momento. A dinâmica do grupo foi determinante para a escolha da metodologia a ser aplicada, já que esta era a última atividade da oficina, momento em que o grupo já se encontrava cansado e disperso. Além disso, apesar da produção da farinha ser a principal atividade econômica, desenvolvida em toda a UC, as demais atividades variam conforme o setor e comunidade. Sendo assim, a produção de farinha foi trabalhada em todos os setores, entretanto, as atividades extrativistas foram divididas entre os setores, tendo uns trabalhado mais as questões de extrativismo de castanha, outros dos óleos vegetais, outros do artesanato.

As oficinas oportunizaram um importante momento de contato entre equipe gestora e comunidades do interior e entorno da FLONA de Tefé. Ao longo das atividades, diversas dúvidas e polêmicas foram sendo colocadas pelos participantes, proporcionando um momento de capacitação mútua entre comunidades e gestores, e de maior conhecimento acerca das dificuldades, potencialidades e do cenário atual da Unidade.

Percebemos que grande parte da dificuldade em se garantir a participação social na gestão das UC se deve ao próprio desconhecimento dos beneficiários das formas que podem contribuir e participar, da sua importância no processo de gestão da UC e dos benefícios que, coletivamente, as comunidades podem conquistar através da Unidade. Sendo assim, notamos a importância da participação social comunitária desde o primeiro momento de construção das ferramentas de gestão participativa, construindo um entendimento acerca dos seus objetivos e dos processos em si.

A elaboração participativa do Diagnóstico Socioeconômico apareceu, portanto, como um primeiro momento de contato das comunidades com a proposta do Plano de Manejo, e abriu as portas para o segundo momento de construção coletiva, que consistiu na elaboração do Acordo de Gestão da UC.

A construção do Acordo de Gestão

Segundo Instrução Normativa (IN) 29/2012 que regulamenta os processos que dizem respeito à elaboração do Acordo de Gestão, este é um

“documento que contém as regras construídas, definidas e pactuadas com as populações tradicionais beneficiárias da Unidade de Conservação de Uso Sustentável quanto às

suas atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente” (ICMBio 2012a).

A mesma normativa sinaliza, ainda, para a importância deste instrumento de gestão na promoção do acesso das populações tradicionais beneficiárias de UC federais a políticas públicas e ao direito de uso do território, e alerta para o fato de que estas regras deverão ser cumpridas por “*toda e qualquer pessoa que entre ou permaneça dentro dos limites da Unidade de Conservação*”.

Ao longo do processo de implementação da FLONA de Tefé foi levantado em diversas oficinas, reuniões e assembléias a demanda comunitária de formalizar, ou oficializar, as regras cotidianas da comunidade. Pela visão comunitária, o ato de formalizar as regras garante o apoio do órgão gestor no monitoramento do seu cumprimento. Sendo assim, a elaboração do Acordo de Gestão da FLONA de Tefé foi definida como uma das etapas do processo de elaboração do Plano de Manejo da UC, a partir de uma demanda dupla, das comunidades e da própria gestão unidade.

Um fator que deve ser observado com cuidado no processo de elaboração do Acordo de Gestão é a existência de particularidades em cada região da FLONA, devido principalmente às diferenças no grau de isolamento ou na religião predominante, que pode acarretar na elaboração de regras de cunho mais “geral” para a UC e regras mais específicas de um determinado setor ou comunidade. Assim, parte-se do princípio de que as particularidades de cada comunidade deveriam ser mantidas e respeitadas no processo.

A elaboração do Acordo de Gestão teve como base a referida IN, e foi orientado também por princípios norteadores definidos pela equipe gestora, sendo eles:

- Garantia da efetiva e ampla participação dos moradores do interior e entorno da FLONA de Tefé;
- Documento final tendo como base a linguagem local;
- Valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais das comunidades;
- Valorização do processo de elaboração do Acordo de Gestão para apropriação das comunidades em relação à própria UC e aos mecanismos de gestão da mesma; e
- ICMBio atuando como órgão de apoio na orientação técnica e de aspectos legais, assim como na sistematização da proposta.

Procedimentos para elaboração do Acordo de Gestão

O documento foi construído no âmbito do processo de elaboração do Plano de Manejo da UC, a partir do desenvolvimento de sete etapas, sendo a 8ª etapa voltada à divulgação e monitoramento do mesmo.

Seguindo indicação da IN já citada, em seu artigo 14, “*O Acordo de Gestão deverá ser incorporado ao Plano de Manejo da Unidade de Conservação, podendo ser revisado e atualizado separadamente, mas mantendo-se de acordo com o Plano de Manejo e com a legislação vigente*”.

Algumas etapas consistiram na realização de oficinas setoriais de um dia, oportunizando a ampla participação das comunidades, com espaços de tempo para repasse de informações entre lideranças que participaram das oficinas e demais membros comunitários, respeitando assim, o tempo destas para absorção do processo e definição de regras que fossem efetivamente representativas da realidade local.

Etapa I: o primeiro contato

A primeira etapa do processo de elaboração do Acordo de Gestão da FLONA de Tefé consistiu numa expedição para realização de oficinas setoriais, que tiveram como objetivos: capacitar as comunidades para o processo de elaboração do Acordo de Gestão (Figura 5); definir os “*Temas Geradores*” que serviriam como guia do processo de construção do Acordo a partir do “guia para elaboração de Acordos de Gestão” definido na IN; capacitar os participantes para realização de reuniões comunitárias para pré-definição das regras do Acordo de Gestão.

O ponto fundamental tratado neste primeiro contato foi a explicitação de que as regras que deverão compor o Acordo de Gestão da FLONA de Tefé, em sua maioria, já existem e são reconhecidas e praticadas pelos moradores, apesar dos conflitos inerentes às diferentes estratégias de uso dos recursos empreendidas pelos grupos.

Foi ressaltado, ainda, que o Acordo de Gestão deveria definir regras para toda a FLONA de Tefé, de forma que os diferentes setores e comunidades deveriam participar de um processo de negociação, onde opiniões divergentes seriam confrontadas e, na medida do possível, consensuadas. Foi colocado, por outro lado, que algumas regras podem ser definidas por setor ou por comunidade, respeitando as especificidades e particularidades de cada área da FLONA. Outro aspecto abordado foi o dinamismo do Acordo de Gestão, que pode passar por revisões periódicas sempre que necessário.

Além disso, foi explicada aos presentes a importância do processo de elaboração do Acordo de Gestão, explicitando que a ausência de representantes das comunidades no processo poderia prejudicar a comunidade num momento de consensuar propostas.



Figura 5 – Oficinas setoriais para capacitação das comunidades para o processo de elaboração do Acordo de Gestão Fonte: ICMBio 2012b

Ao longo desta etapa I, 33 das 93 comunidades/localidades cadastradas na UC e entorno tiveram representantes capacitados para a elaboração do Acordo de Gestão. Foram definidos temas geradores para cada setor da UC, sendo que muitos se repetiram em todos os setores.

Apesar do número de comunidades que participaram desta primeira etapa do processo ser relativamente baixo (35,5% do total de comunidades cadastradas), pode-se perceber uma boa distribuição das comunidades participantes ao longo dos setores da UC. Vale ressaltar, ainda, que as comunidades que costumam participar das atividades de gestão da UC se fizeram presentes na oficina sendo elas, de forma geral, as maiores comunidades.

Etapa II: reuniões comunitárias de definição das regras

Nesta etapa, as comunidades deveriam realizar reuniões internas, sem a presença do ICMBio, para discutir as regras que comporiam o Acordo de Gestão da FLONA de Tefé, conforme capacitação realizada na etapa I e temas geradores definidos.

Para este momento, partiu-se do pressuposto de que é fundamental que ao menos uma etapa de discussão das regras pelas comunidades fosse feita sem a presença de atores externos à comunidade. Sendo o Acordo de Gestão um documento essencialmente de regulação das relações cotidianas das comunidades, e dessas com o uso dos recursos naturais da UC, a presença do ICMBio poderia intimidar, influenciando de forma negativa no resultado final.

As lideranças tiveram cerca de um mês para realização das reuniões comunitárias antes da apresentação na segunda oficina setorial.

Etapa III: oficinas setoriais de definição conjunta das regras

Esta etapa consistiu em mais uma expedição para realização de oficinas setoriais. Os objetivos das oficinas foram: apresentação dos resultados das reuniões desenvolvidas na etapa II pelos representantes comunitários presentes; discussão conjunta das regras; e definição das regras que deveriam compor o Acordo de Gestão da FLONA de Tefé (Figura 6).

Durante esta etapa, o ICMBio teve a oportunidade de propor novos temas geradores, bem como questões relacionadas aos temas já discutidos, mas que não tivessem sido abordadas na etapa II. Além disso, o ICMBio teve como função apontar as regras que estivessem em desacordo com a legislação vigente, propondo alterações ou exclusão do documento. A equipe assumiu, portanto, um papel de orientação com relação aos aspectos legais e técnicos, deixando que o processo construtivo permanecesse nas mãos dos representantes comunitários.

Foi solicitado aos representantes comunitários que levassem atas e listas de presença das reuniões comunitárias realizadas para compor o processo de criação do Acordo de Gestão da FLONA. Existe uma enorme dificuldades das lideranças em elaborar atas, devido a uma diferença brutal entre a forma de organização tradicional e a organização burocrática exigida nestes processos, somada à deficiência na educação local. Sendo assim, muitas comunidades que realizaram a reunião não levaram as atas, algumas levaram a lista de presença.

Nesta etapa foi fundamental o registro da memória das discussões ocorridas durante a oficina de forma mais precisa possível, registrando todas as ideias apresentadas e apontando a comunidade que apresentou a proposta. Os pontos divergentes também foram registrados minuciosamente, apontando as comunidades que entraram em conflito.

A memória das discussões e as matrizes construídas nos setores foram a base para construção da primeira minuta do Acordo de Gestão.

Na Etapa III participaram um total de 52 comunidades/localidades, havendo um aumento significativo da participação entre as comunidades da UC e entorno em relação à etapa I. Tal fato pode ser relacionado à divulgação feita pelos próprios comunitários durante a etapa II, explicitando entre as comunidades os objetivos do trabalho proposto pelo ICMBio. Outro ponto que merece ser considerado foi o fato da própria equipe ter acrescido dois dias da expedição para a mobilização comunitária “corpo-a-corpo”.

Destas 52 comunidades participantes (56% do total de comunidades cadastradas), entretanto, somente 21 (22%) realizaram as reuniões comunitárias de levantamento e definição das regras comunitárias. Foi a partir das discussões apresentadas por estas comunidades que foram definidas as propostas setoriais do Acordo de Gestão, que posteriormente foram analisadas pela equipe gestora no sentido de propor um documento único que contemple a diversidade interna



Figura 6 – Oficinas setoriais para apresentação dos resultados das reuniões desenvolvidas na etapa II e de definição conjunta das regras que deveriam compor o Acordo de Gestão. Fonte: ICMBio 2012b

das comunidades da UC. As demais lideranças comunitárias presentes participaram dos debates realizados na oficina, não tendo, entretanto, mais tempo para realização de reuniões em suas comunidades.

Etapa IV: sistematização das regras do Acordo de Gestão

Nesta etapa a equipe gestora analisou e sistematizou as propostas de regras para o Acordo de Gestão dos sete setores da UC, buscando preservar a diversidade interna entre as comunidades. As regras foram mantidas nos temas geradores propostos pelo setor, o que resultou em um documento com algumas regras parecidas em temas geradores diferentes. Além disso, a linguagem utilizada pelos próprios comunitários na definição das regras foi mantida, com o objetivo de preservar a identidade buscando maior compreensão dos atores envolvidos acerca do resultado final do documento.

Esta sistematização inicial foi a base para apresentação e discussão final do documento junto às comunidades na etapa V de elaboração do Acordo de Gestão.

Etapa V: oficinas setoriais de apresentação e finalização do Acordo de Gestão da FLONA de Tefé

Esta etapa da elaboração do Acordo de Gestão foi realizada conjuntamente com a equipe de elaboração do mapeamento participativo e zoneamento da UC. Os objetivos das oficinas foram: análise e discussão, em grupos, das regras propostas no “documento base” elaborado a partir do resultado da etapa IV; proposição de alterações nas regras e na linguagem utilizada, e definição de uma proposta comunitária final para o Acordo de Gestão da FLONA de Tefé.

Participaram desta etapa 33 comunidades/localidades. Os participantes foram divididos em três grupos para discussão, sendo que cada grupo debateu uma parte do documento, fazendo suas considerações e propostas. Posteriormente, em plenária, os grupos apresentaram a sua parte do Acordo de Gestão e suas propostas, abrindo também para contribuição da plenária.

Para discussão cada grupo tinha um mediador, que receberam o “documento base” em meio digital, em cima do qual iam acrescentando as sugestões de cada setor (Figura 7). O mesmo documento, já com as sugestões do setor trabalhado anteriormente era utilizado na reunião posterior, de forma que os participantes pudessem conhecer as proposições já discutidas nas oficinas setoriais anteriores.



Figura 7 – Oficinas setoriais de apresentação e finalização do Acordo de Gestão. Fonte: ICMBio 2012b

O resultado final destas discussões se traduz em uma proposta comunitária para o Acordo de Gestão da FLONA de Tefé.

Vale ressaltar que, até o momento, a revisão técnica e jurídica do documento encontra-se em curso, que corresponde à etapa VI. Após esta revisão, a etapa VII corresponde à apresentação do documento final ao Conselho Gestor e às Comunidades da UC. Posteriormente à publicação do mesmo, a última etapa será a elaboração de cartilha com linguagem adequada à realidade local e com foco numa linguagem mais visual, ampliando a compreensão do grupo que tem baixa escolaridade.

A relativa baixa participação das comunidades nos deixa como indicador a necessidade de desenvolvimento de um trabalho amplo de divulgação do documento. Um processo de conscientização das comunidades em relação à importância deste documento se faz necessário, envolvendo os espaços de gestão da UC e de educação formal. Somente a partir de um processo educativo será possível internalizar o Acordo de Gestão nas práticas diárias das comunidades.

Vale ressaltar que, durante o processo de elaboração do Acordo de Gestão, a equipe gestora teve diversas dúvidas legais acerca das regras propostas pelas comunidades, tornando fundamental a realização de uma revisão da procuradoria federal do ICMBio antes do documento final passar pelo Conselho Gestor da UC. O cenário ideal para o processo de elaboração do documento seria a presença de algum representante do setor jurídico do órgão em alguma das etapas de discussão das regras, para que o documento já seja construído dentro dos padrões legais.

Mapeamento Participativo e Zoneamento da FLONA de Tefé

O ponto de partida para a elaboração do Zoneamento foi a elaboração de um mapeamento, que se integra a um processo de gestão territorial com base na participação social. Esse tipo de cartografia “que se quer participativo entende ligar os atores e o território, construir o território com os atores e mobilizar estes atores através do território sob a hipótese de que nessa relação uns e outros se transformam” (Acselrad *et al.* 2008, p. 38).

Tal processo, efetivamente, contribuiu para o conhecimento por parte dos envolvidos sobre diferentes situações, a exemplo do conhecimento das formas de uso da terra e modo de vida dos ribeirinhos por parte dos pesquisadores, e das formas de mapeamento diferenciadas (no papel e no computador) pelos ribeirinhos e técnicos/gestores do ICMBIO; ou ainda, pode potencializar a organização comunitária na medida em que sucessivas reuniões foram feitas ao longo do processo de construção do mapeamento. Portanto, os protagonistas deste processo são: os gestores da FLONA, os comunitários e os pesquisadores.

O processo de Zoneamento

Na caminhada da construção do Zoneamento, as etapas de trabalho compreenderam o planejamento e a organização das informações (cartas imagens, leituras de relatórios técnicos do ICMBio, a localização e situação das comunidades da FLONA), o mapeamento participativo com as comunidades, a sistematização e elaboração da cartografia da FLONA, avaliação da sistematização dos resultados, ou seja dos mapas construídos com as comunidades e a proposição do zoneamento da FLONA.

Estas etapas foram construídas a partir das necessidades e potencialidades das populações ribeirinhas, evidenciadas pelos trabalhos do ICMBio primeiramente, e que, na continuação do trabalho local, poderá contribuir para uma gestão que fortaleça o uso e as decisões coletivas na UC a fim de incentivar ações de autonomia das comunidades.

Mas ainda é importante ressaltar que todo trabalho com populações “tradicionais”, considerando por vezes que, em relação ao pesquisador, pode se tratar de uma primeira experiência, requer uma aproximação e ampliação do conhecimento sobre o local. Diante disto, as atividades foram organizadas em duas expedições. Estas atividades foram destinadas à elaboração coletiva do mapa de Uso da Terra, do ciclo anual da produção e da jornada diária de trabalho.

O conhecimento adquirido pelo grupo de pesquisadores se deu pelo contato direto com os pescadores e ribeirinhos, seja no percurso de barco como em reuniões e ou visitas às comunidades. O mapa como produto foi, portanto, o resultado do diálogo entre o grupo, do desenho da informação pelos pesquisadores, sobre folha de papel superposta à imagem de satélite e elaboração final em um ambiente de SIG. As atividades relativas ao mapeamento do Uso da Terra e Zoneamento foram fundamentalmente produzidas em campo, com a participação dos comunitários conforme indicado abaixo:

1ª Expedição- Amazonas Pátria das Águas: As atividades de campo foram organizadas em sete reuniões, uma reunião por setor administrativo da FLONA. Esta primeira expedição tem como foco a elaboração do mapeamento participativo, elaborado em cada uma das sete reuniões em subgrupos de comunitários e pesquisadores, sendo operacionalizado pela superposição de papel vegetal nas imagens de satélites e apoiado no diálogo com os comunitários, ilustrado pela Figura 8.

Os moradores locais faziam a interpretação identificando na imagem seus lugares de pesca, roçado e extrativismo entre outros elementos. Identificadas as localizações e denominações, o grupo de pesquisadores desenhava sobre a imagem, utilizando o papel vegetal, as informações obtidas. Após esta etapa a continuidade do mapeamento ocorreu em laboratório.



Figura 8 – Interpretação de imagens de satélite pelo diálogo de comunitários e pesquisadores. Fonte: Suertegaray et al 2013.

O uso do SIG: Entre a primeira e a segunda expedição tem-se o processo de sistematização dos dados adquiridos em campo, para a elaboração de mapas temáticos utilizando o software ARCGis 10 (Figura 9). Ou seja, passar a interpretação territorial/uso da terra da imagem de satélite e desenhada no papel vegetal para um ambiente digital, vetorizando estas informações e criando um banco de dados espaciais atrelados à informação visual. Sendo assim, cada linha, ponto ou polígono traçado não indica apenas a posição absoluta de um uso, mas, também, sua qualidade.

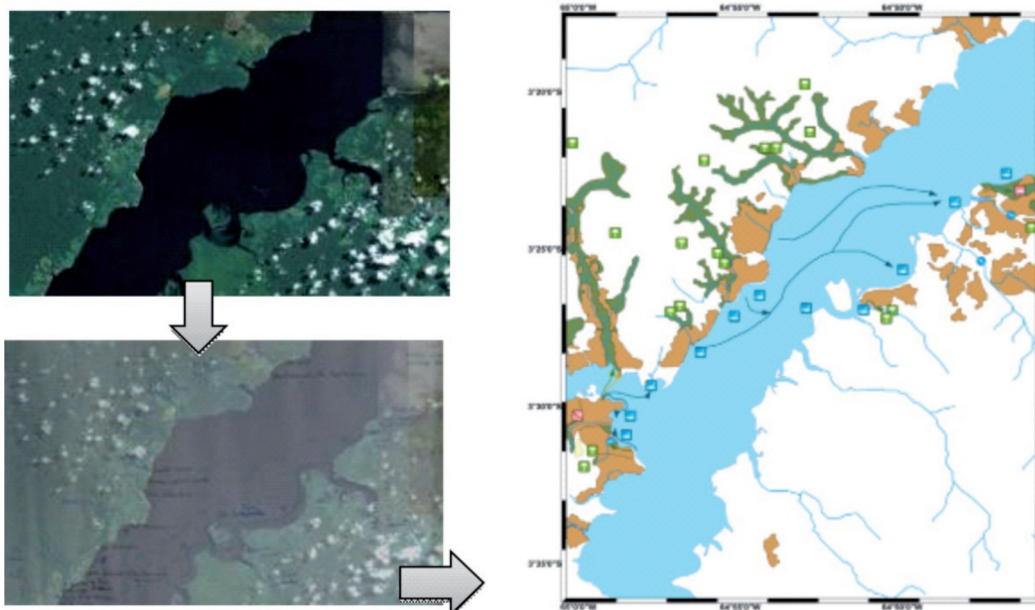


Figura 9 – Organização das informações interpretadas por comunitários em Sistema de Informações Geográficas. Fonte: Suertegaray et al 2013.

2ª Expedição: Caboquinhos: filhos do Amazonas: Após ter-se digitalizado as informações interpretadas pelos ribeirinhos houve um retorno ao campo, com a realização da segunda expedição, cuja meta é a avaliação e confirmação dos mapas temáticos gerados em computador. Também se tem por objetivo mapear comunidades que não lograram participar de nenhuma reunião da expedição anterior. Nesta etapa, foi realizada a conferência dos mapas gerados sob diferentes formas, que se fizeram necessárias frente ao número de comunitários e/ou comunidades envolvidas nesse processo.

Ora os mapas foram projetados com a articulação de um Datashow e Laptop com o software ARCGis, possibilitando alterações do mapeamento no próprio tempo da reunião, ora foram utilizados mapas impressos, posicionados lado a lado ao corte utilizado para mapear determinada área e seu respectivo desenho no papel vegetal (Figura 10). Durante a segunda expedição foi feita discussão das diferentes zonas a serem criadas para FLONA de Tefé para fins de Zoneamento. As referidas Zonas e os critérios de definição foram propostas pelos gestores do ICMBio e acordado seus limites em diálogo e pela demanda dos comunitários.



Figura 10 – Avaliação e confirmação dos mapas temáticos gerados. Fonte: Suertegaray et al 2013.

Finalização do mapeamento em ambiente do SIG: Esta etapa consistiu na elaboração final do mapeamento de Uso da terra elaborada no retorno da segunda expedição, a partir dos dados coletados e confirmados na segunda etapa de campo. Nesta etapa, se realizaram então os ajustes finais aos *shapes* que representam o uso da terra pelos ribeirinhos, amplia-se e revisa-se o banco de dados espaciais além de passar por um trabalho de consistência dos dados.

O mapeamento do Uso da Terra constituiu a primeira etapa do processo de Zoneamento e permitiu conhecer o modo de vida e o espaço utilizado para as atividades de subsistência, roçado, pesca e extrativismo dos ribeirinhos da FLONA de Tefé. De posse dessas informações foi possível verificar a extensão e intensidade desses espaços de uso, além do tipo de atividade. Ao se ter o conhecimento das áreas que compreendiam a moradia e os espaços de uso da terra necessários à reprodução de seu modo de vida, foi possível acordar com os comunitários qual seria a Zona denominada de Populacional. Ao mapear as áreas de uso comum aos ribeirinhos, como atividades de pesca, caça e extrativismo se encontra a Zona de Uso Comunitário. Ao descobrir quais espaços não são utilizados em nenhum tipo de atividade se chega a Zona de Preservação. Sendo assim, a representação participativa das atividades e usos na FLONA de Tefé nos mapas bem como o diálogo com os ribeirinhos levam a definições de Zonas que acabam por regular os espaços já utilizados, e não impor zonas destacadas à realidade cotidiana dos comunitários.

Outra etapa corresponde às reuniões/oficinas, promovidas pelos gestores para apresentação da proposta de Zoneamento aos comunitários, discussão e ajustes de limites considerando a realidade local e as práticas dos ribeirinhos. A definição das Zonas ocorreu em reunião com os ribeirinhos onde os gestores apresentaram as Zonas sugeridas. Com base no mapeamento de Uso

da Terra no contexto da FLONA apresentado pelos pesquisadores, em diálogo com os ribeirinhos foi acordado a proposta das Zonas e seus respectivos limites.

Assim, para a FLONA de Tefé são indicadas quatro zonas, a saber: Zona Populacional, Zona de Uso Comunitário, Zona de Preservação e Zona de Amortecimento (Figura 11).

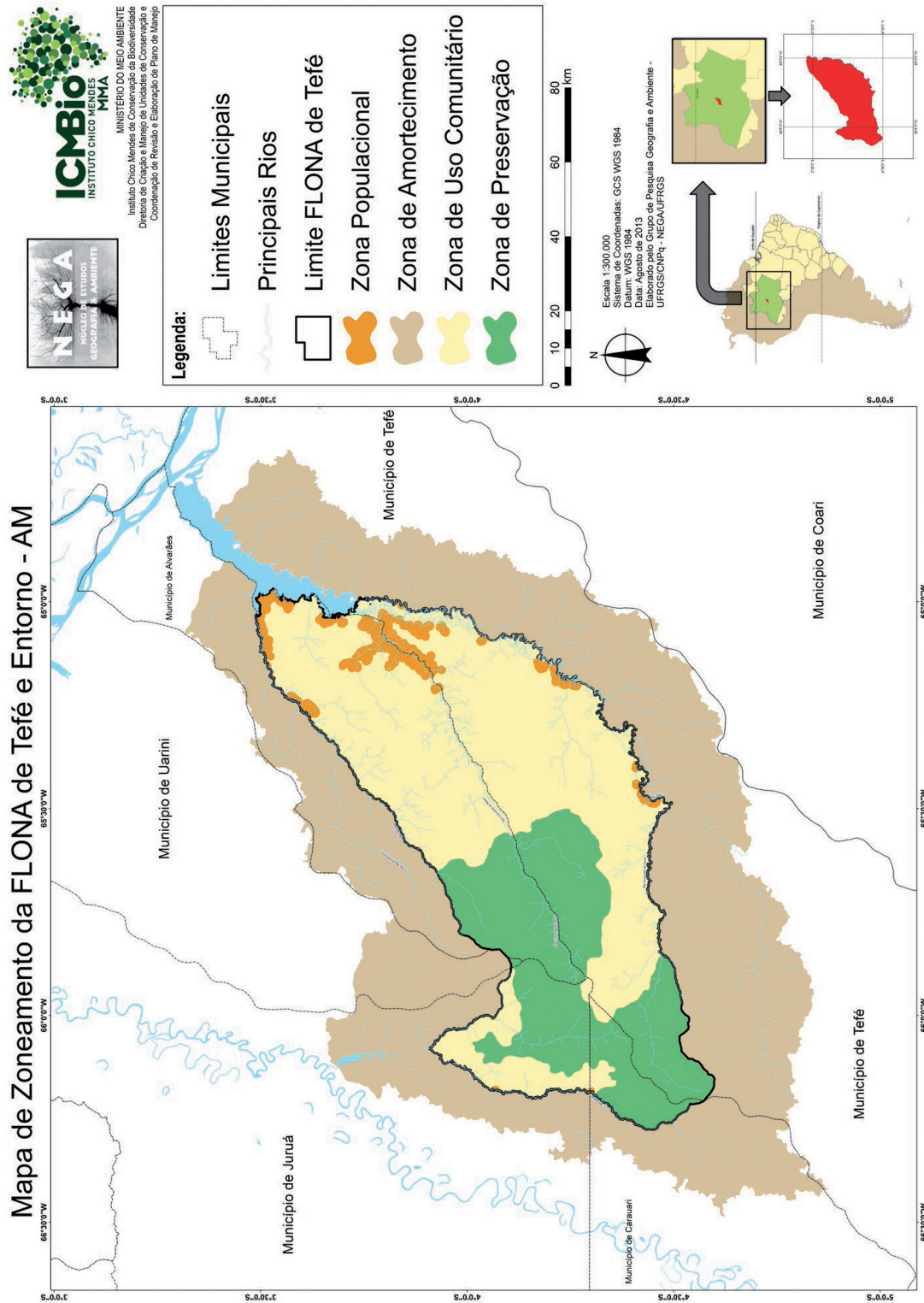


Figura 11 – Mapa de Zoneamento da FLONA de Tefé. Fonte: elaboração própria.

Este processo de mapeamento participativo demonstrou a efetiva possibilidade de construção cartográfica para fins de reconhecimento das áreas ocupadas e de usos diferenciados pelos ribeirinhos na medida em que toda a informação mapeada é proveniente do diálogo com os comunitários e resulta, fundamentalmente, do conhecimento destes, de seu espaço de vida. A participação dos ribeirinhos nas reuniões foi efetiva e de forma dialogada. Este mapeamento permitiu, também, constatar o já reconhecido pelos mapeamentos de caráter participativo, ou seja, as populações locais detêm o conhecimento sobre seus espaços de forma muito clara e objetiva. Certamente, se o mapeamento fosse elaborado através de outros procedimentos, por exemplo, através unicamente do uso de imagens de satélite, a riqueza de informações e detalhamentos não teria sido possível, bem como a legitimidade da informação não teria igual valor. Cabe ainda ressaltar que em se tratando da Amazônia, região onde poucos pesquisadores tem acesso e conhecimento, a participação dos comunitários nesse processo foi fundamental. Através desse diálogo se deu também o conhecimento dos pesquisadores sobre a realidade local. O processamento dessas informações é, portanto, uma construção dialógica. Em relação aos comunitários este processo permitiu um novo olhar sobre os locais onde vivem, uma visão espacializada das comunidades, roçados, áreas de pesca e extrativismo, ou seja, reconheceram-se no mapa elaborado. Neste processo muitas localidades e ou comunidades foram, pela primeira vez, localizadas. “Aparecer no mapa” foi para alguns uma forma de sentirem-se pertencendo a um lugar, sentirem-se reconhecidos. Certamente que este reconhecimento de si promove nos ribeirinhos o empoderamento sobre as suas condições de vida e para a busca da melhoria dessas condições, como bem revelou o debate e as proposições sugeridas pelos ribeirinhos desde as reuniões de mapeamento até a Oficina de Planejamento Participativo (OPP). Assim, o exercício de mapeamento participativo constitui uma prática desenvolvida através do diálogo, para que o ato de planejamento, manejo e comunicação da informação espacial (Rambaldi *et al.* 2006) busque incorporar as necessidades, saberes e desejos das pessoas que são afetadas pelo processo de tomada de decisões.

Planejamento participativo: a construção de Programas de Gestão

O planejamento participativo envolve o compartilhamento de decisões entre o poder público e os atores da sociedade civil envolvidos com a UC, acarretando em um comprometimento mútuo e oficial entre instituições e comunidades. A visão comunitária e institucional, a partir de seus múltiplos pontos de vista, dialogam visando estabelecer procedimentos, acordos e regras para o Uso Sustentável dos recursos naturais no interior e entorno da UC, visando a conservação da área e a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. São, portanto, momentos estratégicos para consolidar os arranjos locais que visam dar suporte às ações de gestão.

O processo de construção dos Programas de Gestão da FLONA de Tefé consistiu na última etapa de elaboração do Plano de Manejo. Esta etapa consolida o documento na medida em que, a partir da análise dos dados levantados e informações construídas coletivamente, se define o planejamento da UC. O momento consolida, ainda, a participação social na definição dos rumos de gestão da unidade, na medida em que determina o foco da gestão e a priorização das atividades a serem desenvolvidas.

Para este momento foram definidas quatro etapas principais, sendo:

- Avaliação do processo junto à COMAN e validação do Plano de Trabalho para construção dos Programas de Gestão;
- Realização de uma Oficina de Planejamento Participativo – OPP junto ao Conselho Consultivo da FLONA de Tefé visando construir os Programas de Gestão;
- Realização de Oficina de Planejamento junto às principais coordenações do ICMBio com ações previstas para a FLONA de Tefé visando validação dos Programas de Gestão e ajustamento dos mesmos ao Plano Estratégico do ICMBio; e

- Realização de expedição com oficinas setoriais na FLONA de Tefé visando a apresentação e validação dos Programas de Gestão junto às comunidades

Até o momento de elaboração do presente artigo, somente as duas primeiras etapas previstas para este momento haviam sido executadas. Vale ressaltar, de imediato, as dificuldades financeiras e logísticas para viabilização do processo conforme planejado.

O primeiro passo, focado na avaliação do processo como um todo e validação do Plano de Trabalho para elaboração do planejamento foi realizado em Brasília, no ICMBio-Sede.

A proposta inicial de Plano de Trabalho e a Matriz Lógica do processo como um todo foram construídas previamente pela equipe gestora, sendo apresentados nesta reunião. O Plano de Trabalho proposto foi validado e teve início o processo de construção da metodologia a ser utilizada na OPP que seria realizada em Tefé, assim como a construção do seu material didático.

As OPPs são reuniões públicas que visam aperfeiçoar e apoiar na análise dos diagnósticos realizados, obtendo, assim, subsídios para a proposição do planejamento da UC e seu entorno. Elas devem provocar o diálogo dos presentes por meio de métodos participativos e dinâmicos.

Foi definido, portanto, que a OPP da FLONA de Tefé teria como objetivos: nivelar os participantes acerca do processo de construção do documento, sua importância, e o papel de cada um; apresentar e debater sobre os diagnósticos socioeconômico, ambiental e o zoneamento da UC; analisar os pontos fortes e fracos da UC; identificar os papéis das principais instituições parceiras da UC; construir uma Visão de Futuro para os próximos cinco anos da UC; e construir proposta para os Programas de Gestão da UC. Para isto, foram escolhidas metodologias que envolviam momentos de apresentação, construção e debates em plenária e momentos em grupo. A facilitação gráfica foi utilizada visando diversificar a linguagem na transmissão e construção das informações, facilitando a efetivação da memória visual do grupo e a compreensão do público menos alfabetizado.

Inicialmente foi apresentada e complementada junto aos participantes uma linha do tempo que resgatava os principais fatos relacionados à FLONA (Figura 12), promovendo a reflexão coletiva acerca da relação estabelecida entre os fatos históricos e o momento atual da UC. O processo de elaboração do Plano de Manejo da FLONA também foi explicitado em linha do tempo, levando os participantes a resgatar cada momento até a realização da OPP (Figura 13).



Figura 12 – Apresentação do histórico da FLONA de Tefé
Fonte: ICMBio 2013

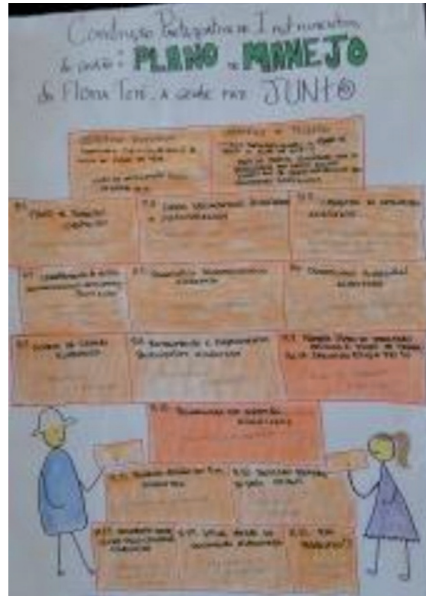


Figura 13 – Histórico da elaboração do Plano de Manejo
 Fonte: ICMBio 2013

Após isto foram apresentados e discutidos os diagnósticos socioeconômico, ambiental e o zoneamento da UC (Figura 14). Este foi um momento precioso na medida em que os participantes puderam olhar a UC como um todo, analisando as informações apresentadas e iniciando um desenho acerca das ações e diretrizes que deveriam orientar o planejamento da unidade.



Figura 14 – Facilitação gráfica utilizada para apresentação do zoneamento. Fonte: ICMBio, 2013

Apesar da OPP ter envolvido apenas o Conselho Gestor e pesquisadores que desenvolveram/ desenvolvem ações na FLONA, a metodologia definida permitiu que o planejamento e as decisões coletivas tomadas na oficina pudessem dialogar com a análise feita pelas comunidades na oportunidade de realização do levantamento socioeconômico. Para isto, os pontos positivos e negativos levantados pelos setores comunitários da FLONA de Tefé foram apresentados ao grupo e sistematizados de acordo com os programas de gestão correlatos. As tarjetas construídas pelas comunidades serviram de base para a realização dos trabalhos em grupo para elaboração dos programas de gestão. Estes grupos foram divididos livremente utilizando o critério da afinidade com o tema, a partir dos seguintes programas de gestão: Organização Social Comunitária, Gestão Participativa, Qualidade de Vida, Geração de Renda e Manejo de Recursos Naturais, Pesquisa e Monitoramento, e Proteção (Figura 15).



Figura 15 – Apresentação e complementação dos pontos positivos e negativos da FLONA e discussão em grupos para elaboração dos programas de gestão. Fonte: ICMBio, 2013

A partir da utilização dos pontos positivos e negativos levantados pelas comunidades como base de elaboração dos programas de gestão foi possível ampliar as “vozes” que orientariam o planejamento da UC, na medida em que os programas de gestão não foram construídos apenas a partir do ponto de vista dos conselheiros que participavam da OPP, mas utilizaram as demandas das bases comunitárias para tal.

A OPP foi mais um importante passo na elaboração do Plano de Manejo da FLONA de Tefé. Ela atingiu os seus objetivos adequadamente, com grande participação por parte dos representantes institucionais e comunitários. A utilização de metodologias mais dinâmicas, o uso de facilitação gráfica e os trabalhos em grupo contribuíram para um repasse mais eficiente dos elementos do Plano de Manejo já elaborados e na construção coletiva de conhecimentos, o que também contribuiu na qualidade das discussões e nos produtos gerados.

Um ponto que merece destaque foi o fato de que a presença de pessoas que não participaram do processo de elaboração do documento como um todo dificultou, em alguns momentos, o andamento das discussões que eram foco da oficina. Isto porque traziam para a discussão pontos que já haviam sido amplamente debatidos e acordados junto às comunidades e demais atores envolvidos. Sendo assim, percebemos que é importante garantir que pelo menos uma parte do grupo acompanhe o processo de elaboração do PM como um todo, garantindo a memória viva das discussões realizadas e o fluxo do processo.

Após a realização da OPP teve início o processo de sistematização das informações levantadas para preparação da Oficina de Planejamento a ser realizada junto ao ICMBio-Sede. Esta segunda oficina terá como objetivo afinar os programas de gestão elaborados na OPP com as expectativas e prioridades do órgão gestor, destrinchando os programas em atividades específicas e elaborando os objetivos estratégicos dos programas, definindo suas metas e indicadores.

Após a realização desta Oficina em Brasília, os programas de gestão em sua versão final deverão ser apresentados e validados junto às comunidades da UC em expedição com oficinas setoriais. Os programas validados deverão, em seguida, passar pelo Conselho Gestor visando a priorização das ações.

Conclusão

O processo de elaboração dos instrumentos de gestão da UC foi considerado pela equipe como um momento de extrema importância para o fortalecimento da participação social na gestão da FLONA de Tefé. O momento oportuniza a aproximação entre gestão e beneficiários, e empoderamento dos mesmos em relação à unidade, promovendo maior conhecimento da área, uma reflexão acerca do seu contexto e do papel de cada ator social na busca pelos seus objetivos. É, portanto, um momento em que todos os atores sociais envolvidos com a UC podem discutir e consensuar os rumos da gestão através da definição do seu planejamento.

Para tanto a equipe gestora elaborou um Plano de Manejo com bases participativas. Todo o processo foi realizado conjuntamente com as comunidades e conselho gestor, gerando um documento elaborado a partir da construção coletiva. Merece destaque o momento de definição deste processo. O alinhamento da metodologia de cada etapa e entre as etapas do processo foi essencial para a construção do documento, oportunizando a ampliação da participação social na construção do planejamento em si, que partiu dos conhecimentos construídos coletivamente junto aos setores comunitários e foi finalizado pelas lideranças e conselho gestor da UC em oficina específica.

Consideramos, entretanto, que o produto final do processo vai além do Plano de Manejo em si, envolvendo avanços consideráveis na gestão como um todo, através do fortalecimento de parcerias, do próprio Conselho Gestor, e um comprometimento maior das comunidades em relação à UC.

Este processo permitiu o fortalecimento da gestão participativa da UC, esclarecer dúvidas acerca do papel do órgão gestor e construir uma imagem mais positiva da gestão da FLONA, geralmente vista como “inimiga” das comunidades por conta dos traumas advindos com o desenvolvimento da fiscalização e da criação de boatos acerca dos reais objetivos do órgão gestor na área.

A diversificação de linguagens e metodologias utilizadas durante todo o processo permitiu a valorização das inteligências múltiplas contidas no coletivo dos atores sociais envolvidos com a FLONA de Tefé. Indo além da linguagem institucional geralmente utilizada em reuniões foi possível desenvolver uma melhor compreensão mútua entre órgão gestor, comunidades e parceiros, tornando o processo mais dinâmico, prazeroso e esclarecedor.

Um ponto que merece ser considerado foi a escolha da equipe em conduzir, sem apoio de consultoria, o processo como um todo. A sobrecarga de demandas e a baixa disponibilidade de recursos financeiros e humanos se constituem no principal entrave para esta escolha. No caso da FLONA de Tefé o processo conduzido pela equipe foi possível principalmente devido ao fato da equipe ter priorizado absolutamente a demanda, além de se constituir em uma equipe multidisciplinar (são três analistas ambientais, sendo um com formação em Veterinária, uma Historiadora e um Pedagogo) que já tinha grande conhecimento da área e acesso às comunidades.

Mesmo neste contexto, a articulação de parcerias foi fundamental para conclusão do processo. Tal fato merece destaque no que diz respeito à elaboração do mapeamento participativo e Zoneamento, conduzido pela equipe do NEGA/UFRGS. Sem esta parceria seria inviável a elaboração do zoneamento, já que a equipe gestora não possui competência técnica para tal.

A principal dificuldade encontrada na elaboração do documento como um todo foi o número relativamente baixo de comunidades envolvidas com o processo. A FLONA de Tefé é uma UC extremamente grande com cerca de 100 comunidades no interior e entorno (93 cadastradas e outras ainda em processo de cadastramento), sendo que somente cerca de 40% das comunidades estiveram representadas nas oficinas.

Um fator que deve ser levado em consideração na análise do grau de participação das comunidades é a questão da cheia dos rios, que vem causando grandes prejuízos às famílias acarretando, muitas vezes, na necessidade da família se mudar temporariamente para a cidade. As expedições na UC somente podem ser realizadas na cheia, já que durante a seca não há acesso à Unidade. Entretanto, a inexistência de um meio de comunicação com o interior da UC somada às dificuldades logísticas (distância física) entre as próprias comunidades e entre estas e a sede municipal de Tefé (base da gestão da UC), também são pontos que devem ser levados em consideração. Apesar da distribuição de convites e do anúncio das atividades em cada encontro da equipe gestora com os representantes comunitários da UC, muitas comunidades alegam não tomar conhecimento da realização das reuniões e oficinas.

É sabido, por outro lado, que ainda existem muitas comunidades que não se engajam nas atividades de gestão da UC, seja por medo das “proibições”, por falta de interesse, ou por desconhecimento das atividades desenvolvidas pelo ICMBio. Neste sentido, acredita-se que o processo de elaboração participativa dos instrumentos de gestão podem colaborar, ajudando a esclarecer os objetivos da unidade e as formas possíveis de participação dos beneficiários na sua gestão.

Os espaços de gestão, tratados como uma possibilidade de oportunizar a ampliação da participação social através da utilização de metodologias adequadas e da diversificação da linguagem podem se tornar, assim, em espaços de ensino-aprendizagem e aproximação entre beneficiários e gestão da UC.

Referências Bibliográficas

- Acselrad, H. & Coli, L.R. 2008. Disputas cartográficas e disputas territoriais. p. 13-44. In: Acselrad, H. (org.). **Cartografias Sociais e Território**. Editora UFRJ/IPPUR, Rio de Janeiro.
- BRASIL, 1989. Decreto nº 97.629, de 10 de abril de 1989. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 12/4/1989: p. 5516.



BRASIL, 2000. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). **Diário Oficial da União**, Seção 1, 19/7/2000: p. 18.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), 2011a. Portaria nº16, de 24 de fevereiro de 2011. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 25/02/2011: p.83.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), 2011b. Relatório de Atividade: Expedição de finalização do cadastro dos moradores e levantamento sócio-econômico da FLONA Tefé (Subsídios para Diagnóstico do Plano de Manejo da UC). **Relatório interno**. p. 66.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), 2012a. Instrução Normativa nº29 de 05 de setembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 10/09/2012: p. 69.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), 2012b. Relatório de Atividade: Processo de Elaboração do Acordo de Gestão da FLONA de Tefé. **Relatório interno**. p. 114.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), 2013. Relatório de Atividade: VI Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da FLONA de Tefé. **Relatório interno**. p. 16.

MMA (Ministério do meio Ambiente), 2009. **Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais**. Roteiro Metodológico. p. 58.

Rambaldi, G.; Mccall, M.; Kyem, P.A. & Weiner, D. 2006. Manejo y comunicación de la información territorial en forma participativa en los países en vía de desarrollo. **The Electronic Journal on Information Systems in Developing Countries**, 11(25): 1-11.

Suertegaray, D.M.A.; Oliveira, M.G. & Pires, C.L.Z. 2013. Flona de Tefé-AM: mapeamento participativo e uso do SIG. Revista FSA (Faculdade Santo Agostinho), 9: 173-186.